

# A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo<sup>1</sup>

---

Marta Maria Chagas de Carvalho  
Universidade de São Paulo  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## Resumo

A autora toma como ponto de partida o argumento de que recentemente os estudos de história da educação brasileira abandonaram a demarcação “história das idéias pedagógicas” / “história dos sistemas escolares.” Propõe, em consequência, que as idéias escolanovistas devem ser estudadas considerando-se as práticas discursivas e não-discursivas em que foram produzidas. Discute o papel conferido à escola como peça do programa de organização nacional através da organização da cultura, propondo que a reconstituição das propostas rivais escolanovistas acerca dessa função da escola nos anos 1920 e 1930 pode ser feita como uma história material da circulação do impresso e de suas apropriações.

Palavras-chave: Organização nacional da cultura. Idéias pedagógicas. História material do impresso.

## Abstract

The essay argues that recently the studies about Brazilian educational history abandoned the opposition between “history of paedagogical ideas” and “history of school systems.” In this sense, it argues that the “pedagogia escolanovista” must be studied considering the discursive and non-discursive practices that produced it. In the text it is discussed the function attributed to the school in the Brazilian program of national organization through culture organization, proposing that the reconstitution of rival projects about this function made by “escolanovista” authors in the XX century 20ies and 30ies may be made as a material history of edition and circulation of printed texts and their appropriations.

Key words: National organization of culture. Paedagogical ideas. Material history of printed texts.



Só muito recentemente os estudos de História da Educação Brasileira têm-se libertado da rígida demarcação que vinha constituindo dois domínios apartados e de articulação problemática: o da história das idéias pedagógicas e o da história dos sistemas educacionais. Tal demarcação favoreceu a cristalização de representações sobre a escola brasileira que a descaracterizam enquanto instituição que é produto histórico de práticas plurais e contraditórias de agentes diversos. A descaracterização da escola enquanto produto histórico de um saber-fazer cotidiano de alunos e professores em complexa inter-relação é fruto principalmente da ênfase no estudo dos sistemas educacionais. Já a descaracterização da escola enquanto instituição configurada na intersecção deste “saber-fazer” e das estratégias políticas e pedagógicas que visam conformá-lo é conseqüência direta da referida demarcação.

Reconstituir a escola como produto de práticas implica, no recorte efetuado neste texto, evitar o procedimento de instanciar as “idéias” escolanovistas num domínio à parte, autonomizando-as das práticas (discursivas e não discursivas) em que se articularam. Conseqüentemente, implica “recusar” as teses repetidas à exaustão, que postulam a existência de um abismo intransponível entre “idéias” e “realizações” escolares, abismo que seria constitutivo de nossa (não)-história educacional. Ainda, leva-nos a aceitar o desafio de ler os discursos escolanovistas enquanto estratégias de remodelação escolar. Estratégias rastreáveis – não exclusivamente – numa multiplicidade de materiais impressos que são seus produtos e instrumentos: manual escolar, livro de formação integrante de coleções especialmente destinadas ao professor ou de bibliotecas escolares, artigo de revista pedagógica, regulamentação escolar etc.

O estudo das estratégias escolanovistas que proponho deverá evidenciar os limites da prática de seus agentes: limites dados no repertório de que tais agentes dispunham para a formulação de objetivos e identificação de problemas; limites modelados pelo imaginário em que recortaram suas escolhas; limites dados no apoio, na oposição ou na resistência de seus aliados e inimigos. Só a referência a esses limites é que nos permite compreender adequadamente a apropriação que fizeram dos preceitos escolanovistas como ferramentas para a transformação cultural da escola e por ela.

No Brasil, é somente após a Primeira Grande Guerra que a escola começa a se impor no imaginário das elites como recurso consistente de incorporação generalizada das populações à ordem social e econômica. Embora a prática política dos republicanos históricos tenha enfatizado a importância

da educação na implantação do regime, tal prática se inscrevia no âmbito mais amplo da prioridade concedida à imigração como recurso civilizatório. (CARVALHO, 1998). A aposta racista no branqueamento da população como recurso desse tipo (AZEVEDO, 1987) relativizava a ênfase republicana na importância da escola na construção da nova ordem política e indiciava a extensão do conceito de cidadão: sua não-aplicação aos negros recém-libertos e a todo um contingente de mestiços sem lugar no mercado de trabalho que se formava.

Isto se evidencia quando são postos em relação o discurso republicano, em que os conceitos de *educação*, *cidadania* e *República* constituem um trinômio indissociável, e o discurso imigrantista. É com o refluxo das correntes imigratórias determinado pela guerra e sob o impacto das greves operárias do final da década de 1910 que a opção imigrantista se desmistifica, fazendo com que a incorporação das populações excluídas por sua lógica perversa se configure como problema posto para a escola. (KOWARICK, 1987; CARVALHO, 1989). Trata-se, a partir de então, de “organizar o trabalho nacional” com o concurso de uma escola que deveria modalizar a instrução ministrada – “arma perigosa,” como era entendida – segundo o imperativo de garantir a “[...] ordem sem necessidade do emprego da força e de medidas restritivas ou supressivas da liberdade” e o “[...] trabalho metódico, remunerador e salutar.” (PENNA, 1968, p. 69).

Não é outro o sentido da “descoberta” de um brasileiro representado doente, apático e degenerado, como virtual trabalhador dócil e produtivo, feita pelos entusiastas da educação na década de 1920. Será tal “descoberta” que favorecerá ampla mobilização dos educadores nessa década e na seguinte, trazendo à cena a geração dos chamados Pioneiros da Educação Nova e rearticulando grupos católicos como seus adversários. É no centro dos debates e das iniciativas educacionais possibilitados por esta ampla mobilização que ganharão visibilidade as novas idéias e as novas práticas pedagógicas disseminadas na Europa e nos Estados Unidos.

Eram vagas, mas de grande apelo, as expectativas que então alimentaram as apropriações do escolanovismo no Brasil: aposta numa sociedade nova, moderna, que as “lições da guerra,” imediatamente aprendidas, faziam entrever como dependente de uma nova educação, redefinida em seus princípios e largamente baseada na ciência; temor da ascensão incontrolada das “massas” e conseqüente investimento em medidas de “racionalização” das



relações sociais sob o modelo da fábrica; ênfase na escola e na expansão de seu raio de influência na sociedade, como recurso para contrapesar a força de “contágio” dos novos meios de comunicação, controlando-se o fluxo inédito de idéias e imagens postas em circulação pelo cinema, rádio e impresso de escala industrial.

No Brasil dos anos 20, no calor das campanhas cívico – educacionais em que a escola foi constituída como peça fundamental de um programa de *organização nacional através da organização de cultura*<sup>2</sup>, produz-se uma relativa homogeneização e unificação do discurso pedagógico, que opera uma crescente e indiscriminada incorporação do léxico escolanovista. A sedução exercida pela moderna pedagogia era grande, pois seus métodos, centrados na atividade do aluno, eram considerados mais eficientes do que os antigos, na consecução desse programa. Mas foi, complementarmente, como proposição de uma educação integral, que a moderna pedagogia exerceu seu fascínio. Tratava-se de uma leitura da literatura escolanovista em que a crítica nela formulada aos objetivos estritamente instrucionais da escola não era entendida como valorização dos processos ou procedimento da aprendizagem por oposição aos resultados ou aos conteúdos do ensino, mas como postulação de uma formação integral, com ênfase moral.

A partir de 1929, o discurso pedagógico começa a se fraturar. A encíclica papal *Divini Illius Magistri* impõe limites à heterodoxia pedagógica, regrando a sedução que o escolanovismo vinha exercendo nos meios católicos e disciplinando-lhes o dizer e o fazer pedagógicos. Com a Revolução de 1930, a correlação das forças políticas se redefine e instala-se aberta, nos meios educacionais, a disputa pelo controle ideológico do aparelho escolar. O programa de organização nacional através da organização da cultura se fragmenta em pelo menos duas propostas rivais. Na disputa, teve importância fundamental o embate no campo doutrinário da pedagogia, porque nele é que se construía a adesão do professor à “causa educacional,” normativizando-se sua prática e garantindo-se, deste modo, o controle político do aparelho escolar.

Uma investigação sobre as apropriações da chamada pedagogia da escola nova no Brasil requer, do ponto de vista aqui sustentado, que se abandone a perspectiva de tratar o escolanovismo como *corpus* de idéias. O que passa a interessar é a pluralidade das apropriações do ideário escolanovista acionadas no discurso e nas práticas dos agentes do movimento educacional

nos anos 20 e 30. Uma investigação como esta pode ser desenvolvida, por exemplo, no âmbito de uma história material da circulação do impresso e de seus usos. Evitando autonomizar o ideário escolanovista das práticas em que se inscreveu e dos dispositivos que o fizeram circular, tal tipo de investigação pode examinar os modos de funcionamento do impresso como dispositivo de configuração do campo da pedagogia e de conformação das práticas escolares. Para tanto, é necessário analisar as estratégias editoriais dos dois grupos que, no período 1931-1935, foram antagonistas em torno do tema escola nova – os católicos e os chamados Pioneiros da Educação Nova.

94 Não é possível ignorar a importância da geração de educadores que se notabilizou enquanto grupo com o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* no qual firmou a defesa de um sistema único de ensino e da escola pública, leiga e gratuita. Individualmente, esses educadores se firmaram no mercado editorial por meio de obras próprias ou da organização de coleções, o que lhes possibilitou não somente fixar orientações doutrinárias no campo da pedagogia como também difundir interpretações sobre a história educacional brasileira e sobre o seu próprio papel nesta. Tomaram importantes iniciativas de reforma escolar, ocupando postos governamentais. Organizaram-se na Associação Brasileira de Educação, que lhes serviu de suporte institucional nas lutas que empreenderam. Mas também não é possível ignorar a oposição que essa geração sofreu dos católicos organizados, mais tarde, na Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e na Confederação Católica Brasileira de Educação: lançaram boletins e revistas, promoveram congressos, realizaram cursos e conferências e programaram edições, no propósito de regar a sedução exercida pelo escolanovismo sobre o professorado. Nesse empreendimento, tiveram, talvez, mais êxito do que comumente se supõe, atingindo não somente as práticas dos professores das escolas católicas, mas também as do professorado católico nas escolas públicas. Suas estratégias de difusão de versões depuradas da nova pedagogia são o contraponto necessário para melhor se aquilatarem as práticas de seus oponentes, os pioneiros da educação nova.

Prescrição e proscricção de livros, modelização de práticas de leitura e catolicização do discurso e da práxis escolanovista marcaram as estratégias católicas de ortopedia doutrinária no campo da pedagogia. Nessas estratégias, o impresso é produto, instrumento e alvo de práticas de organização e mobilização do professorado católico. Produto e instrumento dessas práticas, o



impresso aciona múltiplas estratégias de conformação do saber-fazer dos professores a preceitos católicos. Tais estratégias orientaram-se em duas direções complementares. Na primeira delas, eram instanciados e aplicados critérios de ajuizamento das proposições pedagógicas escolanovistas. A referência principal para a formulação desses critérios era a encíclica *Divini Illius Magistri* e seu campo de aplicação era amplo: crítica de livros em resenhas; indicação e orientação de leituras: prescrição ou proscricção de práticas; crítica de proposições pedagógicas de larga circulação no período. Numa segunda estratégia, não se tratava, prioritariamente, de firmar princípios ou de discutir questões doutrinárias, mas, sobretudo, de produzir um discurso escolanovista católico que se propusesse modelarmente como discurso dos professores, referenciando suas práticas. Neste segundo tipo de estratégia, a pedagogia da Escola Nova era pasteurizada num receituário pedagógico saturado de sentido religioso e as questões cruciais para a renovação dos processos e das relações pedagógicas eram neutralizadas, pois tinham seu sentido capturado nas malhas do secular repertório eclesiástico.

As estratégias editoriais católicas tinham um importante denominador comum: confinar o uso da expressão “escola nova” – o campo teórico e doutrinário da Pedagogia, orientação indiciada já no nome de sua principal publicação: *Revista Brasileira de Pedagogia*. Tal confinamento era recurso arditoso. No campo pedagógico, a questão dos fins educacionais era instanciada como fundamento de toda e qualquer discussão. Firmado o império da doutrina católica neste domínio, passava-se a julgar as novas pedagogias.

As estratégias editoriais dos pioneiros são menos evidentes. Em primeiro lugar, porque não atuaram coletivamente, neste domínio, com a mesma intensidade que seus adversários. Além disso, porque o significado de suas proposições escolanovistas é indissociável das iniciativas de remodelação escolar que tomaram. Com isto, quero dizer que o discurso que as articulou deve ser lido levando-se em conta o lugar de sua produção: o lugar institucional que lhes possibilitou tomar as iniciativas que tomaram, como reformadores da escola e do sistema escolar, nos cargos técnicos e administrativos que ocuparam e na Associação Brasileira de Educação. Arelado a este lugar, seu discurso estava irremediavelmente atado às práticas em que tentaram viabilizar seus projetos de promoção escolar daquilo que entendiam por nova civilização.

Propor uma nova educação para uma nova civilização era invadir um território perigoso. O que esse *slogan* põe em cena no debate pedagógico

não são questões técnicas ou metodológicas, mas questões de fins. Atrelar a discussão destas questões aos valores de uma civilização em mudança, autonomizando-a não somente do referencial doutrinário católico, mas, mais radicalmente, do campo dos valores postuladamente universais das filosofias perenes, era desautorizar, pela base, as pretensões católicas de manter o primado da religião em estratégias de conformação da sociedade brasileira.

Na proposição de uma nova educação para uma nova civilização, condensava-se todo um programa modernizador de reforma da sociedade pela reforma da escola e demarcava-se o recorte que efetuavam no campo das iniciativas de organização nacional através da organização da cultura. Neste recorte, inscrevem-se as estratégias editoriais adotadas; é nele que deve ser buscada a lógica que presidiu a organização das coleções editadas e a seleção dos temas que quiseram ver tratados nas publicações pelas quais, de algum modo, foram responsáveis – como autores, tradutores, editores ou organizadores.

A determinação desta lógica é tarefa complexa. O objetivo de promover uma nova civilização por meio de uma nova educação indicia a ambição do escolanovismo dos pioneiros e o distingue da versão escolanovista católica. Mas será preciso determiná-lo com mais precisão, estabelecendo os sentidos que nova civilização e nova educação tiveram em práticas diferenciadas, conforme as situações e o posicionamento dos agentes.

## Notas

- 1 Este artigo foi originalmente publicado na Revista *Propuesta Educativa*, em 1994. Cf. Carvalho, Marta Maria Chagas de La escuela nueva en el Brasil: Una nueva perspectiva para sua abordagem. 1994. Revista *Propuesta Educativa*, Buenos Aires, v. 11, p. 81-83, 1994.
- 2 A expressão é de Lourenço Filho em discursos de abertura da 5ª Conferência Nacional de Educação e é utilizada para caracterizar o que, segundo o seu ponto de vista, teria sido a atuação da ABE em seus então 10 anos de existência. (Cf. Anais da VII Conferência Nacional de Educação, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Educação, 1935).



## Referências

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PENNA, Belisário. Solução de um problema vital. In: ALBERTO, Armanda Alvaro. **A escola regional de Meriti** (documentário). Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1968.

Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da PUC-SP  
Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba  
E-mail | mcmarta@uol.com.br

97

Recebido 15 nov. 2004

Aceito 29 nov. 2004